

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasil Class.: 24
 Data: 11/05/94 Pg.: 08

Ibama em crise não regulariza suas reservas

Parques, florestas e reservas biológicas e extrativistas, muitos deles criados às vésperas da Rio-92, estão ameaçados de extinção porque não foram regularizados pelo Ibama, que alega não ter recursos para garantir a regularização fundiária das áreas. Duas das unidades ameaçadas estão no Rio: a reserva biológica Tinguá, na Baixada Fluminense, e a Floresta Nacional Mário Xavier, em Angra dos Reis. Em Brasília, centenas de famílias pressionam o governo por uma solução. (Página 8)

Reservas ecológicas do País estão ameaçadas

■ Prazo para regularização de unidades de conservação ambiental expirou e Ibama não dispõe dos recursos para implementá-la

RONALDO BRASILIENSE

Seis parques nacionais, três reservas biológicas, sete florestas nacionais, duas áreas de proteção ambiental e quatro reservas extrativistas estão ameaçadas de extinção pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Como não foram regularizadas no tempo hábil previsto em lei, essas unidades de conservação serão consideradas *caducas*, num retrocesso sem precedentes na política ambiental brasileira. Duas das unidades ameaçadas estão no Rio de Janeiro: a reserva biológica Tinguá, criada em 23 de maio de 1989, e a floresta nacional Mário Xavier, de outubro de 1989.

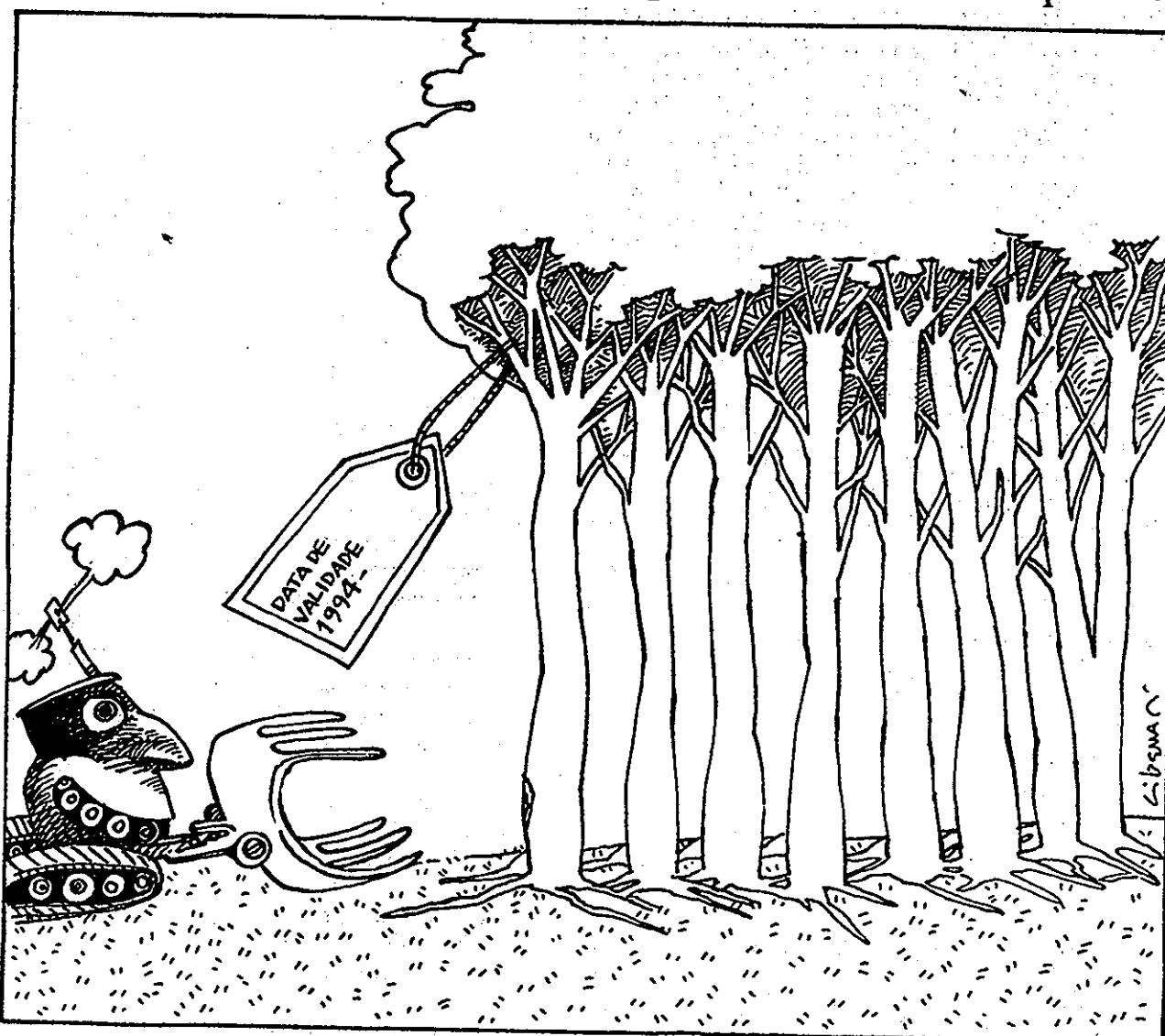
A regularização fundiária das unidades de conservação criadas pelo governo federal, segundo estabelece o artigo 10º do decreto-lei 3.365, de 21 de junho de 1941 "deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de cinco anos, contados da data de expedição do respectivo decreto e findos os quais ele caducará." Quando uma unidade de conservação é considerada *caduca*, somente após decorrido um ano poderá a área ser objeto de nova declaração.

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela gestão, conservação e manutenção das unidades de conservação, alega que não tem recursos para bancar a regularização fundiária dessas unidades, criadas ao final do governo José Sarney e no início do governo Fernando Collor. Muitas dessas áreas foram criadas como estratégia de marketing ecológico, às vésperas da Rio-92, para tentar mostrar ao mundo que o Brasil — duramente criticado a nível internacional pelos desmatamentos e queimadas na Amazônia — se preocupava com a preservação do meio ambiente.

Levantamento feito por técnicos do Ibama antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) mostra que o governo teria que investir US\$ 1,2 bilhão para assegurar a regularização fundiária dos parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, florestas nacionais, áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas brasileiras.

O primeiro alerta sobre a ameaça que paira sobre as unidades de conservação brasileiras foi feito pelo presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Atanagildo Matos, o *Gatão*, sucessor do ecologista Chico Mendes. *Gatão* denunciou a ameaça de cinco reservas extrativistas criadas no governo Collor serem extintas por causa do descaço do Ibama em providenciar a regularização fundiária das áreas desapropriadas.

Ainda ontem, Atanagildo Matos e o deputado federal Sidney de Miguel (PV-RJ) estiveram com o ministro do Meio Ambiente, Henrique Cavalcanti, pedindo providências urgentes para evitar que o Brasil perca unidades de conservação importantes para a preservação de espécies da fauna e flora nacionais, um tiro certeiro na política ambiental brasileira.



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMEAÇADAS

- | | |
|----------------------------|------------------------------------|
| Parques nacionais | Mário Xavier (RJ) |
| Chapada dos Guimarães (MT) | Pari Cachoeira 1 (AM) |
| Grande Sertão Veredas (MG) | Pari Cachoeira 2 (AM) |
| Monte Roraima (RR) | Saracá-Taquera (PA) |
| Serra do Divisor (AC) | Tefé (AM) |
| Superagui (PR) | Áreas de Proteção Ambiental |
| Chapada dos Veadeiros (GO) | Igarapé Gelado (PA) |
| Reservas biológicas | Cavernas do Peruaçu (MG) |
| Córrego Grande (ES) | Reservas extrativistas |
| Pedra Talhada (AL) | Pirajubá (SC) |
| Tinguá (RJ) | Ciriaco (MA) |
| Florestas nacionais | Extremo Norte (TO) |
| Amapá (AP) | Mata Grande (MA) |
| Mapiá (AC) | Quilombo do Flexal (MA) |



A reserva de Tinguá pode ser extinta

Lavradores fazem reivindicações

Centenas de agricultores que vivem do extrativismo do côco-do-babaçu nas reservas extrativistas Ciriaco, Mata Grande e Quilombo do Flexal, no Maranhão, e Extremo Norte Tocantins, invadiram Brasília esta semana para pressionar o Ministério do Meio Ambiente a tomar providências para evitar que as reservas criadas às vésperas da Rio-92, sejam declaradas *caducas* por não terem sido regularizadas em sua parte fundiária pelo governo, cinco anos após sua decretação, em 20 de maio de 1990.

Idealizadas pelo líder seringueiro Chico Mendes, no Acre, as reservas extrativistas começaram a ser viabilizadas com a criação do Ibama, pelo jornalista Fernando César Mesquita, no governo José Sarney. Nove reservas já foram criadas pelo governo brasileiro. Em fevereiro de 1992 o Ibama agregou, em sua estrutura, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), com o objetivo de apoiar, social e economicamente, as comunidades beneficiadas pelas reservas extrativistas.

A prioridade adotada pelo CNPT foi garantir a regularização fundiária das reservas decretadas em 1990, num trabalho conjunto com as comunidades e apoio de instituições internacionais, como o Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com participação decisiva de Organizações Não-Governamentais, que trabalharam no levantamento da situação das áreas passíveis de indenização.

O CNPT conseguiu regularizar 2,1 milhões de hectares das reservas extrativistas Alto Juruá e Chico Mendes, no Acre; Rio Cajari, no Amapá, e Ouro Preto, em Rondônia. A reserva extrativista Chico Mendes, nos municípios de Xapuri e Brasília, com 970 mil hectares, abriga 7.500 pessoas e foi demarcada com o apoio do Serviço Cartográfico do Exército. A reserva Rio Cajari, com 481 mil hectares e uma população de 5 mil habitantes, ainda não foi totalmente regularizada pois está sendo questionada na justiça pela direção do Projeto Jari.

As nove reservas extrativistas criadas pelo governo brasileiro somam uma área de 2,1 milhões de hectares, abrigando uma população de 28.460 pessoas que vive basicamente do extrativismo da seringa, da castanha-do-Pará e da exploração do côco-do-babaçu.